



Ferreira Gomes Energia S.A.

CNPJ nº 12.489.315/0001-23

Relatório da Administração

Aos acionistas: A Administração da Ferreira Gomes Energia S.A. ("Companhia"), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, compreendendo o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações contábeis do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, e as respectivas notas explicativas às demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas estão à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários. 1. Breve histórico da Companhia: A Ferreira Gomes Energia S.A. é uma Companhia de capital aberto, constituída em 10 de agosto de 2010. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar"), cuja concessão para geração de energia elétrica foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 ("Leilão"), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em julho de 2010. Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 - MME - UHE Ferreira Gomes, que concede a Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 anos (até 09 de novembro de 2045). A contratação de energia foi efetuada no Ambiente de Comercialização Regulado ACR, assim a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia com 27 distribuidoras que participaram do leilão. A Ferreira Gomes Energia S.A., cuja sede está localizada na cidade de São Paulo, tem como objeto social a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica localizada no rio Araguaari em Ferreira Gomes, no Estado do Amapá, bem como das respectivas Instalações de Transmissão de Interesse Restrito à Central geradora. O mapa a seguir ilustra a localização do empreendimento:



A Companhia conta com três unidades geradoras de energia, cujas entradas em operação são apresentadas a seguir:

Table with columns: Unidades geradoras, Início da operação comercial, Início da operação conforme contrato de concessão ANEEL, Despacho, Potência instalada, Garantia física.

2. Governança corporativa: A Ferreira Gomes pauta o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de governança corporativa. Estão incluídos na estrutura de governança corporativa da Companhia: Conselho de Administração: O Conselho de Administração é composto por três membros, eleitos na Assembleia Geral, com mandato de três anos, admitida a reeleição por igual período. Diretoria estatutária: A diretoria estatutária exerce a gestão dos negócios, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, e é composta pelos diretores: (i) financeiro; (ii) de relações com investidores; (iii) administrativo; e (iv) técnico. Conselho fiscal: Nos termos do Estatuto Social, a Companhia poderá ter um Conselho Fiscal não permanente, o qual exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, nos casos previstos em lei. O Conselho Fiscal será composto por três membros efetivos e três suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de presidente do Conselho Fiscal, bem como estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação. Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia não recebeu qualquer pedido de instalação do conselho fiscal pelos acionistas. 3. Desempenho econômico-financeiro (Em milhares de Reais):

Table showing financial performance with columns: 31/12/2021, 31/12/2020, Variação % for various items like Receita operacional bruta, Receita operacional líquida, Lucro antes da contribuição social e imposto de renda.

Balanco Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Table showing the balance sheet with columns: Nota, 31/12/2021, 31/12/2020 for Circulante, Não circulante, Passivo, Patrimônio líquido, Total do ativo.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Table showing changes in equity with columns: Capital social, Reserva legal, Reserva de lucros retidos, Lucros acumulados, Total do patrimônio líquido.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Table showing cash flows with columns: Nota, 31/12/2021, 31/12/2020 for Fluxos de caixa das atividades operacionais, Investimentos, Financiamento.

Table showing taxes and income with columns: 31/12/2021, 31/12/2020, Variação % for Imposto de renda e contribuição social correntes, Imposto de renda e contribuição social diferidos.

Table showing EBITDA and other metrics with columns: 31/12/2021, 31/12/2020 for EBITDA, Lucro líquido do exercício, Caixa e equivalentes de caixa, Divida líquida, Patrimônio líquido.

Table showing human capital with columns: 31/12/2020, 31/12/2021 for Divida total, Caixa e equivalentes de caixa, Divida líquida, Patrimônio líquido.

4. Capital humano: Em consonância aos objetivos estratégicos estabelecidos, a Companhia promove o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores por meio de ações e concessão de benefícios, com um relacionamento claro e transparente, e com o envolvimento dos colaboradores para que entendam seu papel no cumprimento das metas. O capital humano constitui ferramenta valiosa para o sucesso dos negócios da Companhia, e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Ferreira Gomes Energia S.A. mantinha em seu quadro 25 colaboradores. 5. Responsabilidade sócio ambiental: A Ferreira Gomes Energia S.A. tem um comprometimento social e acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, está engajada no desenvolvimento de projetos sociais e ambientais que levam melhorias significativas às vidas dos membros da comunidade onde atua, tais como: ações voltadas ao incentivo cultural, desenvolvimento social e econômico da região. Abaixo destacamos alguns dos programas já realizados: Programa de resgate de fauna; Programa de resgate de icofauna e invertebrados aquáticos; Programa de qualificação de mão-de-obra e estágio para jovens; Programa de apoio a projetos esportivos e culturais; Programa de apoio ao turismo sustentável em Ferreira Gomes; Programa de apoio aos agricultores familiares e comunidades ribeirinhas; Programa de monitoramento de vetores e controle da malária; Programa de apoio à elaboração de planos diretores de Ferreira Gomes e Porto Grande; Programa de gestão socioambiental integrada; Programa de inventário florestal do canteiro e reservatório; Programa de monitoramento simológico; Programa de prospecção e resgate do patrimônio arqueológico; Programa fortalecimento de fornecedores locais; Programa caracterização e fomento da atividade pesqueira; e, Programa plano ambiental de conservação e uso do entorno do reservatório artificial (PACUERA). Abaixo destacamos os principais projetos em andamento: Programa de monitoramento da qualidade de água; Programa de monitoramento de macrófitas; Programa de monitoramento e conservação da icofauna; Programa de monitoramento de invertebrados aquáticos; Programa de monitoramento hidrossedimentológico; Programa de recuperação de áreas degradadas; Programa de monitoramento meteorológico; Programa monitoramento fauna; Programa de comunicação social. 6. Auditoria Independente: Em 24 de janeiro de 2019, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY Brasil") celebrou com a Ferreira Gomes Energia S.A., o "Contrato Global para Prestação de Serviços de Auditoria", durante o período de 02 (dois) anos. Em 06 de maio de 2021 a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY Brasil") celebrou com a Ferreira Gomes Energia S.A., o "Aditivo Contratual" para o período de 01 (um) ano. Mensagem final: Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia. A Diretoria

Demonstrações do Resultado

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Table showing the income statement with columns: Nota, 31/12/2021, 31/12/2020 for Receita operacional líquida, Custos operacionais, Lucro líquido do exercício, Lucro básico e diluído por ação - R\$.

Demonstrações do Resultado Abrangente

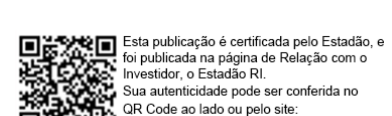
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Table showing comprehensive income with columns: 31/12/2021, 31/12/2020 for Lucro líquido do exercício, Outros resultados abrangentes, Total do resultado abrangente do exercício.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Table showing cash flows with columns: Nota, 31/12/2021, 31/12/2020 for Caixa líquido proveniente das atividades operacionais, Fluxos de caixa das atividades de investimentos, Fluxos de caixa das atividades de financiamento.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: https://estadão.estadao.com.br/publicacoes/

← continuação

Demonstração do Valor Adicionado

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receitas			
Suprimento de energia e Ajuste positivo CCEE	20	268.739	218.347
Outras receitas		1.094	—
		269.833	218.347
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Energia elétrica comprada para revenda		(46.560)	(31.074)
Encargos do uso da rede elétrica		(21.438)	(19.773)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(6.625)	(5.829)
Serviços de terceiros		(6.728)	(7.971)
Materiais		(1.274)	(746)
Outros custos operacionais		(4.679)	(4.326)
		(87.304)	(69.719)

(-) Quotas de reintegração (depreciação e amortização)	10 e 11	(39.304)	(42.126)
Valor adicionado recebido em transferência			
Receita financeira		4.368	2.442

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Valor adicionado a distribuir		147.593	108.944
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta		1.784	1.636
Benefícios		651	528
Auxílio alimentação		296	229
Assistência médica e odontológica		357	297
Previdência Privada		(6)	2
Outros		4	—
FGTS		128	118
		2.563	2.282
Impostos, taxas e contribuições			
Federais			
INSS		436	359
Encargos setoriais - P&D e TFSEE		3.187	2.673
Imposto de renda e contribuição social correntes		1.846	1.940
Imposto de renda e contribuição social diferidos		6.454	1.291

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
PIS e COFINS		23.803	20.460
Outros impostos e taxas		300	811
		36.026	27.534

Remuneração de capitais de terceiros			
Juros s/empréstimos, financiamentos e debêntures		68.942	52.276
Juros s/arrendamentos		127	82
Aluguéis		347	308
Outras despesas financeiras		4.064	1.987
		73.480	54.653

Remuneração de capitais próprios			
Dividendos		7.376	4.67
Lucro do exercício		28.148	19.800
		35.524	24.475

Valor Adicionado Distribuído	147.593	108.944
-------------------------------------	----------------	----------------

através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa - UGC). A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.3 Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá a saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.4 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015. **3.5 Intangível:** Software: o ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica. Uso do bem Público - UBP: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico. O registro desta obrigação ocorre na data da Licença de Instalação (09/08/2012), a valor presente, e a contrapartida na conta de Uso do bem público no passivo. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão. Extensão da concessão: A Administração assinou os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga em novembro de 2021, conforme divulgado em nota explicativa 12, sendo reconhecido um intangível de extensão da concessão, cuja contrapartida está em recuperação de custo - extensão da concessão e será amortizado de forma linear durante o período remanescente da concessão, até junho de 2047. **3.6 Tributação: Tributos sobre as vendas:** As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; e • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60%;

- Transações na CCEE - Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e
- Transações na CCEE - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3%.

Esses tributos são reconhecidos com base no regime de competência e deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 sendo alquotas de 25% para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A Companhia obteve o incentivo fiscal aprovado pela SUDAM em 18 de setembro de 2017, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração, com início no ano-calendário de 2017 e término em 2026. Durante a vigência do benefício, a Companhia deverá: a) cumprir a legislação trabalhista e social e as normas de proteção e controle do meio-ambiente (art. 14, inciso II da Lei nº 6.938/1981 e art. 3º do Decreto nº 94.075/1987); b) apresentar anualmente a declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente a cada exercício; c) observar a proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução. O reconhecimento do incentivo fiscal é realizado como reductor do passivo em contrapartida ao imposto registrado no resultado do exercício. **Imposto de renda e contribuição social - diferidos:** Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alquotas que foram decretadas até a data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no passivo referem-se ao reconhecimento sob a extensão da concessão que será realizado mensalmente de forma linear até o final da concessão a partir de novembro de 2021. Para o cálculo foi utilizado uma taxa média considerando o período do benefício fiscal Sudam. **3.7 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D:** Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 0,40% da Receita operacional líquida ajustada, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC e baixados conforme realização dos projetos. **3.8 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica:** A Companhia, em conformidade com a Lei 9.427/1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido. **3.9 Receita de geração de energia elétrica:** As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é identificada em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) a satisfação as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir: I. Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: a) Suprimento de energia - ambiente regulado: a comercialização da energia elétrica ocorre por meio de agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia. Neste ambiente foi destinado o limite de 69% da garantia física, equivalente a 105 MW médios, cujo o preço médio de venda atualizado em dezembro de 2021 é de R\$ 124,39 (R\$ 118,41 em 2020) MH/h, reajustado pelo IPCA pelo período de suprimento de 30 anos contados a partir de janeiro de 2015; e b) Suprimento de energia - ambiente livre: a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais, no qual foi destinado 39,9 MW médio equivalente a 26% da garantia física, cujo preço médio de venda atualizado em dezembro de 2021 é de R\$ 209,70(R\$ 203,01 em 2020) MH/h, reajustado pelo IPCA, e pelo período de suprimento de 17 anos contados a partir de janeiro de 2015. II. Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD. **3.10 Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são desembolsos diretamente atrelados à obtenção de recursos financeiros. A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • valor contábil bruto do ativo financeiro; ou • ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo continue →

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional: A Ferreira Gomes Energia S.A. ("Ferreira Gomes", "FGE" ou "Companhia") é uma Companhia de capital aberto, constituída no dia 10 de agosto de 2010, com o propósito específico de construir, operar e explorar o potencial de energia hidráulica do rio Araguari, no Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, denominado Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, com potência instalada de 252 MW, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito a usina hidrelétrica e a comercialização ou a utilização da energia elétrica produzida. A sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho nº 1996, 15º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar"), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 ("Leilão"), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em julho de 2010. A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar"). Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 - MME - UHE Ferreira Gomes, que concede a Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 anos a partir da assinatura do respectivo contrato, ou seja, até 09 de novembro de 2045, podendo ser prorrogado, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, mediante requisição do concessionário e observadas as condições expostas na Legislação. O contrato de concessão estabelece que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, mediante indenização dos investimentos em imobilizado realizados e ainda não depreciados. A Companhia efetua mensalmente o pagamento pelo uso do bem público conforme descrito na nota explicativa nº 12. A Companhia está em plena operação comercial, conforme abaixo:

	Início da operação comercial	Despacho conforme contrato de concessão	ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1º	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	71,6 MW (megawatts)
2º	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	47,6 MW (megawatts)
3º	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	33,9 MW (megawatts)
				252 MW (megawatts)	153,10 MW (megawatts)

Impactos da COVID 19: Desde o início da pandemia e até o momento a Companhia tem adotado medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de sua usina, e observando as recomendações das autoridades sanitárias. Em 2020 foi criado o Comitê de Crise Emergencial, responsável pelo Planejamento de Contingências para lidar com a situação, e a Comissão Interna de Controle de Infecção, com a contratação de profissional especializado (médico infectologista) para que não dê assessoria e estabeleça protocolos. Tanto o Comitê, quanto a Comissão Interna têm acompanhado toda a situação e tem tomado medidas de caráter preventivo de acordo com cada estágio da pandemia. A partir de 18 de outubro de 2021, os(as) colaboradores(as) do Escritório Corporativo iniciaram a retomada do trabalho presencial na modalidade de Trabalho Híbrido e de forma flexível, seguindo um protocolo rigoroso de cuidados e prevenção à COVID-19, de acordo com o Plano de Retomada das Atividades Presenciais, definido pela Comissão Interna de Controle de Infecção e aprovado pelo Comitê de Crises, cujas principais orientações são: revezamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo três dias de forma presencial e dois dias em home office (trabalho remoto); estabelecimento de horários flexíveis para jornada de trabalho e refeições; uso obrigatório de máscaras durante toda a interação presencial; testagem semanal no primeiro dia de trabalho no escritório; distanciamento das estações de trabalho e demais ambientes do escritório (copas, banheiros); restrições de utilização de salas de reunião e incentivo à realização de reuniões de forma virtual, e realização de treinamento específico sobre os cuidados e regras de comportamento esperado durante a retomada e enquanto perdurar o alerta contra a COVID-19. Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir: Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador. A Companhia apresenta receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos contratos do ambiente regulado e ambiente livre, não apresentando risco de demanda. A administração da Companhia avaliou o risco de realização de seus recebíveis e observou que não houve inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício de 2021 e, até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, não são esperadas perdas futuras atreladas a recebíveis. Adicionalmente, o Governo Federal já anunciou algumas medidas, com o objetivo de preservar a liquidez das distribuidoras de energia, as quais representam os principais clientes da Companhia. Com base na avaliação acima, até o momento não houve impacto relevante na Companhia que pudesse requerer alguma mensuração e/ou divulgação das demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2021. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis:** A autorização para emissão das demonstrações contábeis da Companhia foi efetuada em Reunião de Diretoria realizada em 21 de fevereiro de 2022. **Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros mensurados a valor justo. **Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a) avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos. As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco com probabilidade de resultar em ajustes às informações contábeis nos próximos trimestres, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: • Nota 7 - Contas a receber de clientes: valores referentes a receitas não faturadas de comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). • Nota 16 - Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: disponibilidade de lucro tributável no futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados. Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos: passivo referem-se ao reconhecimento sob a extensão da concessão que será realizado mensalmente de forma linear até o final da concessão; e • Nota 15 - Provisões para contingências: reconhecimento de provisões para riscos fiscais, civis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda. **3. Sumário das principais práticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário. **3.1 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados

como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** • Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. • Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento: Ativo Financeiro:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente em direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.2 Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros não-derivativo: Instrumentos financeiros:** A Companhia avalia a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma). **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **Ativos não financeiros:** A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:

<https://estadão.estadao.com.br/publicacoes/>

☆ continuação

Ferreira Gomes Energia S.A. - CNPJ nº 12.489.315/0001-23

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **3.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente. **3.12 Informações por segmento:** A Companhia é administrada com uma única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente e consequentemente tem um único segmento que a Administração da Companhia utiliza para analisar seu desempenho operacional e financeiro. As operações da Companhia são realizadas em território nacional. **3.13 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021:** A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2021 a norma abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: • Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8); • Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento (alterações no CPC 06 (R2)/IFRS 16); e Reforma da Taxa de Juros de Referência (alterações no CPC 40(R1) e CPC 48). **Novas normas e interpretações ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas, mas ainda não obrigatórias até a data de emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão descritas a seguir: • Classificação de passivos como circulante ou não circulante e divulgação de políticas contábeis (alterações ao IAS 1); e • Definição de estimativas contábeis (alterações no CPC 23/IAS 8). A Companhia está avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esses estiverem em vigor.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	Remuneração	31/12/2021	31/12/2020
Fundo fixo	-	4	4
Banco conta movimento	-	7.555	8.770
Aplicações financeiras automáticas	Até 20% do CDI	1.726	39
		9.285	8.813

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a aplicações automáticas vinculadas à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

5. Investimentos de curto prazo:

	Remuneração	31/12/2021	31/12/2020
Fundo de Investimento - FI Energia	98,85 do CDI	3.997	3.852
Fundo de Investimento - STA Energia	100,06% do CDI	31.545	59.579
		35.542	63.431

10. Imobilizado: O imobilizado está constituído da seguinte forma em 31 de dezembro de 2021:

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2020	Adições	Transferências	Outros	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Imobilizado em serviço							
Terrenos	0,00%	16.708	-	-	-	-	16.708
Reservatórios, barragens e adutoras	2,14%	845.737	-	-	-	-	845.737
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,45%	140.646	-	-	-	-	140.646
Máquinas e equipamentos	2,75%	602.011	2.921	202	-	(1)	605.133
Veículos	0,00%	10	-	-	-	-	10
Móveis e utensílios	6,07%	2.434	7	-	-	-	2.441
Direito de uso sobre arrendamento	8,50%	1.320	-	-	1.725	-	3.045
Total do imobilizado em serviço		1.608.866	2.928	202	1.725	(1)	1.613.720
(-) Depreciação acumulada							
Reservatórios, barragens e adutoras		(109.953)	(18.073)	-	-	-	(128.026)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(20.962)	(3.445)	-	-	-	(24.407)
Máquinas e equipamentos		(97.824)	(16.716)	-	-	-	(114.540)
Veículos		(8)	(1)	-	-	-	(9)
Móveis e utensílios		(919)	(151)	-	-	-	(1.070)
Direito de uso sobre arrendamento		(568)	(422)	-	-	-	(990)
Total da depreciação acumulada		(230.234)	(38.808)	-	-	-	(269.042)
Total do ativo imobilizado em serviço		1.378.632	(35.880)	202	1.725	(1)	1.344.678
Imobilizado em curso							
Adiantamento a fornecedor		1.551	-	-	(464)	-	1.087
Máquinas e equipamentos		-	202	(202)	-	-	-
Depósitos judiciais		2.333	-	-	-	(11)	2.322
Total do ativo imobilizado em curso		3.884	202	(202)	(464)	(11)	3.409
Total do imobilizado		1.382.516	(35.678)	-	1.261	(12)	1.348.087
	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2019	Adições	Transferências	Outros	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Imobilizado em serviço							
Terrenos	0,00%	16.708	-	-	-	-	16.708
Reservatórios, barragens e adutoras	2,18%	841.084	-	4.653	-	-	845.737
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,45%	140.646	-	-	-	-	140.646
Máquinas e equipamentos	2,76%	601.580	458	-	-	(27)	602.011
Veículos	5,53%	416	-	-	-	(406)	10
Móveis e utensílios	6,23%	2.436	2	-	-	(4)	2.434
Direito de uso sobre arrendamento	22,22%	1.230	-	-	90	-	1.320
Total do imobilizado em serviço		1.604.100	460	4.653	90	(437)	1.608.866
(-) Depreciação acumulada							
Reservatórios, barragens e adutoras		(88.701)	(21.252)	-	-	-	(109.953)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(17.516)	(3.446)	-	-	-	(20.962)
Máquinas e equipamentos		(81.231)	(16.616)	-	-	23	(97.824)
Veículos		(403)	(11)	-	-	406	(8)
Móveis e utensílios		(767)	(154)	-	2	-	(919)
Direito de uso sobre arrendamento		(275)	(293)	-	-	-	(568)
Total da depreciação acumulada		(188.893)	(41.772)	-	-	431	(230.234)
Total do ativo imobilizado em serviço		1.415.207	(41.312)	4.653	90	(6)	1.378.632
Imobilizado em curso							
Reservatórios, barragens e adutoras		654	-	(654)	-	-	-
Veículos		31	-	-	-	(31)	-
Adiantamento a fornecedor		5.446	510	(4.000)	-	(405)	1.551
Depósitos judiciais		2.510	4	-	15	(196)	2.333
Total do ativo imobilizado em curso		8.641	514	(4.654)	15	(632)	3.884
Total do imobilizado		1.423.848	(40.798)	(1)	105	(638)	1.382.516

*Outros refere-se a remensuração do arrendamento proveniente da extensão de contrato de locação. O saldo remanescente de imobilizado em curso em 31 de dezembro de 2021 refere-se substancialmente a montantes em discussões judiciais de âmbito fundiário e adiantamentos de fornecedores. Em 2021 os ativos imobilizados, que compõe a unidade geradora de caixa, foram submetidos à análise de recuperabilidade e não foram identificadas informações que resultam em reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. A análise foi realizada utilizando a metodologia do valor presente dos fluxos de caixa livres futuros para a Companhia, de forma a estimar o valor em uso frente ao seu valor atual contábil. Como premissas, foram consideradas as melhores projeções de longo prazo, alinhadas a parâmetros macroeconômicos divulgados no mercado. As principais premissas consideradas pela Companhia para a determinação do valor em uso são: - Receita: atualização dos preços com base na projeção dos índices contratuais aplicáveis, e/ou com base em a parâmetros macroeconômicos divulgados de forma pública no mercado; e alocação da garantia física não negociada em contratos bilaterais como mercado livre; - Aliquotas de tributos diretos: a Companhia considerou no período que se esperam que sejam aplicáveis os efeitos do benefício fiscal da SUDAM sobre o fluxo de caixa livre e a taxa de desconto até 2026 respeitando seu prazo de validade; - Valor residual: perpetuidade não é aplicável, somente o valor residual do ativo imobilizado, haja visto que o ativo possui vida útil definida, alinhado ao contrato de concessão. O fluxo de caixa livre foi projetado de forma nominal, até o final da concessão (2047) e a taxa de desconto média utilizada, em termos nominais, foi de 8,25%. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia avaliou os impactos da COVID-19, atualmente disponíveis, em suas projeções e não observou impactos relevantes que resultassem em uma mudança significativa no cenário projetado para recuperabilidade dos ativos.

	Taxa média anual de amortização	Saldo em 31/12/2020	Adições	Saldo em 31/12/2021
Intangível em serviço				
Uso do bem público (i)	3,19%	11.769	290	12.059
Extensão da concessão (ii)	0,65%	-	17.410	17.410
Software	20,00%	740	85	825
Outros intangíveis	13,40%	957	-	957
Total intangível em serviço		13.466	17.785	31.251
(-) Amortização acumulada				
Uso do bem público		(2.311)	(374)	(2.685)
Extensão da concessão		-	(113)	(113)
Software		(737)	(9)	(746)
Outros intangíveis		(957)	-	(957)
Total amortização		(4.005)	(496)	(4.501)
Intangível em curso				
Software		-	13	13
Total do ativo Intangível em curso		-	13	13
Total do Intangível		9.461	17.302	26.763
	Taxa média anual de amortização	Saldo em 31/12/2019	Adições	Saldo em 31/12/2020
Intangível em serviço				
Uso do bem público	3,19%	11.769	-	11.769
Software	20,00%	740	-	740
Outros intangíveis	13,40%	957	-	957
Total intangível em serviço		13.466	-	13.466
(-) Amortização acumulada				
Uso do bem público		(1.937)	(374)	(2.311)
Software		(732)	(5)	(737)
Outros intangíveis		(957)	-	(957)
Total amortização		(3.626)	(379)	(4.005)
Total do Intangível		9.840	(379)	9.461

(i) Passivo relacionado ao Uso do bem público

	Ajuste AVP	Paga-mentos	Transfe-rência	Ajuste AVP	Paga-mentos	Transfe-rência	31/12/2021
Passivo circulante	1.566	-	(1.564)	1.566	-	(1.634)	1.566
Passivo não circulante	13.570	1.485	-	13.491	3.494	289	15.640
	15.136	-	(1.564)	15.057	-	(1.634)	17.206

O montante registrado como "Uso do bem público" refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico, estabelecido em contrato de concessão, mensurado pelo custo histórico, descontado a valor presente para fins de reconhecimento inicial.

A Companhia aplica seus recursos no Fundo de Investimento STA Energia, cujo o objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente, em operações compromissadas e títulos públicos. Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do Resultado.

6. Títulos e valores mobiliários:

	Instituição	Remuneração	31/12/2021	31/12/2020
Aplicação pós-fixada	BNDES	98,96% do CDI	16.178	16.304
Aplicação pós-fixada	Debêntures	98,96% do CDI	31.144	18.477
			47.322	34.781

Aplicações em garantia do contrato de debêntures conforme instrumento particular de escritura da 3ª Emissão, que estabelece obrigatoriedade de constituição de reservas para conta O&M e serviço da dívida e, também em garantia do contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1 celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para implantação da UHE Ferreira Gomes Energia S.A., o qual estabelece que a Companhia deve constituir uma conta bancária reserva do BNDES, movimentada exclusivamente para pagamentos decorrentes deste contrato no caso de insuficiência de saldo de recursos na conta centralizadora.

7. Contas a receber de clientes:

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Suprimento de energia elétrica - ambiente regulado		13.663	16.355
Suprimento de energia elétrica - ambiente livre - partes relacionadas	17.1	28.859	9.576
Suprimento de energia elétrica - mercado de curto prazo/CCEE		2.075	2.731
		44.597	28.662

Os montantes de suprimentos de energia elétrica ambiente regulado e ambiente livre, são constituídos pelos valores em aberto que serão recebidos a partir dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado. Os valores da rubrica "Suprimento de energia elétrica - mercado de curto prazo/CCEE" referem-se a valores a receber e aos montantes estimados e não faturados, que serão liquidados no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, visto que não há histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes.

Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão. Em relação à obrigação de uso do bem público, as parcelas mensais a serem recolhidas à União, equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor anual de R\$ 214 (valor original previsto em agosto de 2010, atualizado anualmente pelo IPCA) até o 37º ano da concessão. Em 2021 a Companhia reconheceu a extensão da concessão, o prazo de direito de uso de exploração passou a ser junho de 2047, gerando assim um aumento de R\$ 289 no saldo de Uso do Bem Público. **(ii) Extensão da concessão:** Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que estabelece novas condições para repactuação do risco hidrológico assumido pelas usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). O objetivo é compensar as usinas hidrelétricas por tais riscos cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito. Essa Lei foi regulamentada pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 895 de 1º de dezembro de 2020, que estabelece uma metodologia de cálculo das compensações a serem pagas aos geradores hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), considerando a geração potencial de energia elétrica dos empreendimentos estruturantes, caso não houvesse restrição ao escoamento da energia, e o preço da energia no mercado de curto prazo no momento da restrição. Em 14 de setembro de 2021, a ANEEL emitiu a Resolução Homologatória nº 2.932 que homologou o prazo de extensão da outorga somente das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE e que possuam contratos de venda de energia no ambiente de contratação regulado com extensão do seguinte prazo e valor:

	Extensão prazo de outorga (dias)	Valor (R\$ mil)
584		17.410

A Administração assinou os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e encaminhou à ANEEL em 5 de novembro de 2021, após aprovação dos seus órgãos de governança, efetuou o reconhecimento dos direitos de extensão relativos a suas respectivas outorgas em novembro de 2021, sendo reconhecido um intangível de extensão da concessão, cuja contrapartida está em recuperação de custo - extensão da concessão e será amortizado de forma linear durante o período remanescente da concessão, até junho de 2047.

12. Fornecedores:

	31/12/2021	31/12/2020
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	2.083	1.839
Materiais e serviços	11.612	10.700
Mercado de curto prazo - CCEE	1.642	3.946
Total	15.337	16.485

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures: a. Os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Encargos	Vencimento	Principal	Encargos	Vencimento	Principal

Moeda nacional - circulante						
BNDES - Subcrédito A, B e C	2,34% + TJLP	15/04/2031	23.252	713	23.965	23.251
BNDES - Subcrédito D	2,5%	15/12/2022	7.705	26	7.731	24.705
BNDES - Subcrédito E	TJLP	15/04/2031	191	4	195	191
3ª emissão de debêntures	6,47% + IPCA	15/12/2027	26.197	921	27.118	19.803
(-) custo de captação - a apropriar	-	-	(1.559)	-	(1.559)	-
Total			55.786	1.664	57.450	66.390

Moeda nacional - não circulante						
BNDES - Subcrédito A, B e C	2,34% + TJLP	15/04/2031	193.762	-	193.762	217.013
BNDES - Subcrédito D	2,5%	15/12/2022	-	-	24.705	-
BNDES - Subcrédito E	TJLP	15/04/2031	1.594	-	1.594	-
3ª emissão de debêntures	6,47% + IPCA	15/12/2027	281.849	-	281.849	279.031
(-) custo de captação - a apropriar	-	-	(8.584)	-	(8.584)	(10.141)
Total			46			

→ continuação

Ferreira Gomes Energia S.A. - CNPJ nº 12.489.315/0001-23

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Natureza	Paga- Transfe-		Paga-	
	31/12/2019	mentos	31/12/2020	mentos
Máquinas e equipamentos	7.695	— (7.695)	—	—
Montagem	202	—	202	202
Obras civis	3.342 (160)	(159)	3.023 (495)	2.528
Total	11.239 (160)	(7.854)	3.225 (495)	2.730

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes à sua fase de implantação, para as quais os desembolsos financeiros ainda não foram totalmente liquidados. **15. Provisão para contingências:** O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constantes nos pareceres dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável. A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas judiciais com probabilidade de perda possível cujo valor em risco da causa supere R\$1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco. Não constam nas Notas Explicativas as demandas jurídicas cuja probabilidade de perdas sejam remotas. **(a) Perda provável:** não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. As demandas com probabilidade de perda provável resumem-se à: **(i) Demandas Trabalhistas:** dois processos judiciais de natureza trabalhista (cinco processos em 31 de dezembro de 2020), de valor em risco aproximado de R\$ 20 (R\$ 213 em 31 de dezembro de 2020). **(ii) Demandas Cíveis:** um processo judicial de natureza cível, sem valor em risco. A movimentação da provisão é como segue:

	31/12/2019	Reversões	31/12/2020	Ingressos	Reversões	31/12/2021
Trabalhista	381	(168)	213	59	(252)	20

(b) Perda possível: embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no período findo de 31 de dezembro de 2021 merecem destaques as seguintes demandas: **(i) Demandas Tributárias:** atualmente existe cinco processos administrativos de natureza tributária (quatro processos em 31 de dezembro de 2020), com valor em risco aproximado de R\$ 11.649 (R\$ 17.819 em 31 de dezembro de 2020) com natureza de risco possível de perda. Considera-se como relevante os processos abaixo relacionados: **Processo Administrativo nº 15746720203202021**, trata-se de cobrança de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS. O valor em risco aproximado é de R\$ 9.560 (R\$ 8.889 em 31 de dezembro de 2020). **Processo Administrativo nº 10880903650201912**, trata-se de reconhecimento do direito à restituição dos créditos de saldo negativo de IRPJ. O valor em risco aproximado é de R\$ 1.667. **(ii) Demandas Cíveis:** atualmente existem quinze processos judiciais de natureza cível (sete processos em 31 de dezembro de 2020), de valor em risco aproximado em R\$ 16.617 (R\$ 9.169 em 31 de dezembro de 2020), com natureza de risco possível de perda. Dentre eles, consideram-se como relevantes os processos abaixo relacionados: **Ação Civil Pública nº 00013863320168030006**, proposta pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Ferreira Gomes Energia S.A. e outros, com objetivo de compeli-los a promoverem a reparação integral de todos os danos ambientais causados no Município de Ferreira Gomes/AP em decorrência de enchente causada por terceiros, assim como adotarem medidas para minimizar os efeitos deletérios relacionados ao evento. A ação encontra-se suspensa em decorrência da Ação Cautela e Inominada nº 0005352820158030006, tendo como objeto a produção antecipada de provas requerida pelo Ministério Público. A ação cautelar está em fase de recurso de apelação. Em decorrência do evento, objeto da ação civil pública, o Ministério Público Estadual propôs a Ação Penal nº 00002968220198030006 em face da Companhia e demais empresas, visando a apuração de eventual ocorrência de crimes ambientais de destruição/danificação de floresta considerada de preservação permanente. A referida ação está em fase de Resposta à Acusação. O valor em risco não pode ser estimado. **Execução de Título Extrajudicial nº 00002067420198030006**, trata-se de Execução de Título Extrajudicial movida pelo Ministério Público Estadual do Amapá por descumprimento de TAC 2, assinado em fevereiro de 2017, homologado nos autos da Ação Civil Pública nº 001385-48.2016.8.03.00006, em razão do suposto descumprimento da Cláusula 2.9, alíneas "f" e "g". A FGE apresentou embargos à execução. O valor em risco é de aproximadamente R\$ 16.387 (R\$ 9.018 em 31 de dezembro de 2020). **Execução de Título Extrajudicial nº 00023828020184013100**, trata-se de Ação de Execução de

Título Extrajudicial ajuizada pelo Ministério Público Federal em face de Ferreira Gomes Energia S/A, fundada no suposto inadimplemento dos itens "c", "f" e "g" da Cláusula 2.9 do TAC. A FGE apresentou embargos à execução. O valor em risco aproximado é de R\$ 136 (R\$ 66 em 31 de dezembro de 2020). **Execução de Título Extrajudicial nº 00046934420184013100**, trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial ajuizada pelo Ministério Público Federal em face de Ferreira Gomes Energia S/A, fundada no suposto inadimplemento dos itens "c", "f" e "g" da Cláusula 2.9 do TAC (obrigação de fazer). A FGE apresentou embargos à execução. O valor em risco aproximado é de R\$ 2 (o mesmo em 31 de dezembro de 2020). **(iii) Demandas Trabalhistas:** atualmente existe um processo judicial de natureza trabalhista (o mesmo em 31 de dezembro de 2020), de valor em risco aproximado em R\$ 773 (R\$ 289 em 31 de dezembro de 2020), com natureza de risco possível de perda. **(iv) Demandas Ambientais:** existem cinco autos de infrações (quatro autos de infrações em 31 de dezembro de 2020), de valor em risco aproximado em R\$ 166.065 (com probabilidade de perda possível, detalhados abaixo: **Auto de Infração Ambiental nº 013596 A**, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá - IMAP, por ter a Companhia, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 66.075 (R\$ 20.000 em 31 de dezembro de 2020). Destacamos que a Companhia firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC 1) no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, o procedimento será extinto. **Auto de Infração Ambiental nº 014689 A**, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá - IMAP, por ter a Companhia, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 81.004 (R\$ 30.000 em 31 de dezembro 2020). Destacamos que a Companhia firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC 2) no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, o procedimento será extinto. **Auto de Infração Ambiental nº 016154**, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá - IMAP, por ter a Companhia, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 13.290 (R\$ 7.000 em 31 de dezembro de 2020). **Auto de Infração Ambiental nº 16158**, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá - IMAP, por ter a empresa, supostamente, ter descumprido ou cumprido parcialmente uma série de condicionantes da Licença de Operação nº 317/2014. O valor em risco aproximado é de R\$ 5.695 (R\$ 3.000 em 31 de dezembro de 2020). **Auto de Infração Ambiental nº 41921** lavrado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado do Amapá em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., por ter a empresa, supostamente, contribuído para a poluição do Rio Araguari por lançamento de efluentes fora dos padrões exigidos. O valor em risco não pode ser estimado. **(v) Demandas Penais:** atualmente existem cinco processos de natureza penal, sendo um deles de natureza administrativa, (dois em 31 de dezembro de 2021), cujo o valor em risco não pode ser estimado. Dentre eles, não há processos relevantes que devam ser destacados. **(vi) Demandas Regulatórias:** atualmente a Companhia é parte em dois processos de ordem regulatória (mesmo em 31 de dezembro de 2020), de valor em risco aproximado em R\$ 31 (R\$ 5.927 em 31 de dezembro de 2020) valendo mencionar o seguinte: **Ação Ordinária com Pedido de Liminar nº 00762951020144013400**; Atualmente a Companhia detém liminar em ação ordinária proposta contra a União Federal, impedindo a aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. O valor de Encargos de Serviços do Sistema a ser registrado na Companhia, caso a liminar não seja mantida, será no montante de R\$ 31 (R\$ 5.927 em 31 de dezembro de 2020). **(g) Perda remota:** embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados e/ou divulgados pela Companhia, no período findo de 31 de dezembro de 2021 merece destaque a seguinte demanda: **Ação Civil Pública nº 00016274120158030006**, proposta pelo Ministério Público do Estado do Amapá, em face da Ferreira Gomes Energia S.A., na qual requer indenizações em decorrência de supostos danos materiais e morais causados ao meio ambiente. Com a assinatura do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) o processo foi suspenso, sendo que a movimentação decorre apenas da juntada dos documentos comprobatórios de cumprimento. Encontra-se também suspensa, em razão da celebração do TAC, a Ação Penal nº 00016282620158030006 proposta pelo Ministério Público Estadual, que visa apurar a eventual ocorrência de crime ambiental de mortandade de peixes. O valor em risco não pode ser estimado.

	Saldo em 31/12/2019	Reversão	Saldo em 31/12/2020	Constituição/realização	Saldo em 31/12/2021
16. Imposto de renda e contribuição social diferidos:					
Ativo (i)					
Base de cálculo acumulada de Prejuízo Fiscal	22.121	(8.463)	13.658	(13.173)	485
Imposto de renda diferido	1.382	(529)	854	(496)	358
Imposto de renda diferido - diferenças temporárias	—	—	—	13	13
	1.382	(529)	854	(483)	371
Base negativa acumulada	22.121	(8.463)	13.658	(13.173)	485
Contribuição social diferida	1.991	(762)	1.229	(715)	514
Contribuição social diferida - diferenças temporárias	—	—	—	19	19
	1.991	(762)	1.229	(696)	533
Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativos	3.373	(1.291)	2.083	(1.179)	904
	Saldo em 31/12/2019	Realização	Saldo em 31/12/2020	Constituição/ realização	Saldo em 31/12/2021
Passivo (ii)					
Base de cálculo - extensão da concessão	—	—	—	17.410	—
Imposto de renda diferido	—	—	—	(3.718)	(3.718)
Contribuição social diferida	—	—	—	(1.557)	(1.557)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivos	—	—	—	(5.275)	(5.275)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos	3.373	(1.291)	2.083	(6.454)	(4.371)

(i) Ativo: Este saldo é composto por prejuízos fiscais acumulados, cuja recuperabilidade foi estimada por projeções elaboradas pela Companhia, e são revisadas anualmente, quanto à evolução positiva dos resultados futuros. **(ii) Passivo:** Este saldo é composto pelo reconhecimento da extensão da concessão, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11 cujo os valores são amortizados mensalmente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram contabilizados seguindo o critério descrito na nota explicativa nº 3.6. A estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido é conforme o mapa abaixo:

	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total
Saldo de Prejuízo Fiscal IRPJ ao final do exercício	5.709	—	—	—	—	5.709
Estimativa de realização IRPJ diferido - Prejuízo fiscal	358	—	—	—	—	358
Estimativa de realização IRPJ diferido - Diferenças temporárias	13	—	—	—	—	13
Saldo Base Negativa CSLL ao final do exercício	5.709	—	—	—	—	5.709
Estimativa de realização CSLL diferida	514	—	—	—	—	514
Estimativa de realização CSLL diferida - Diferenças temporárias	19	—	—	—	—	19
	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total
Estimativa de realização IRPJ diferido - Extensão	42	42	42	42	3.550	3.718
Estimativa de realização CSLL diferida - Extensão	61	61	61	61	1.313	1.557

17. Partes relacionadas: 17.1 Transações com partes relacionadas:

(A) Partes relacionadas: informações patrimoniais.

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante - partes relacionadas			
Venda de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	7	28.859	9.576
Passivo circulante - partes relacionadas			
Dividendos - Alupar Investimento S.A.		7.376	6.970
Fornecedores - AF Energia S.A		—	295
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A./AF Energia S.A.		222	207
		7.598	7.472
Passivo não circulante - partes relacionadas			
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A./AF Energia S.A.		1.900	603

(*) A AF Energia S.A., empresa controlada pela acionista Alupar Investimento S.A., possui contrato de prestação de serviço com a Companhia, que compreende, operação remota de equipamentos telecomandados da subestação como religadores, disjuntores e chaves seccionadas, controle do nível do reservatório, e acompanhamento por meio de interface de comunicação e de conversão de protocolos dos sistemas. As transações comerciais entre partes relacionadas foram realizadas em condições acordadas entre as partes. A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A.. A Alupar Investimento S.A. é controlada pela Guarupart Participações Ltda.

17.2 Garantias: As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor em 31/12/2021
				Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente, Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia, Direitos Creditórios Conta Centralizora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M, Conta Seguradora.	28/12/2012	15/04/2031	470.610	225.653
Alupar	26/12/2012	Conselho de Administração	Financiamento - BNDES - Contrato 12.2.1390.1					
Alupar	30/05/2014	Conselho de Administração	Debêntures - 3ª Emissão	Fiança, penhor de ações e cessão fiduciária	15/06/2014	15/12/2027	210.900	308.967
Alupar	04/07/2016	Conselho de Administração	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 180220317 - CUST 48/2013 (ONS)	Prestação de Garantias (Fiança)	04/07/2018	24/06/2022	3.351	3.434

17.3 Remuneração da alta administração: De acordo o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição. A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas. Nas Assembleias Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE da Companhia realizadas em 26 de abril de 2021 e 24 de abril de 2020, os membros do Conselho de Administração e Diretoria renunciaram a qualquer remuneração. **18. Patrimônio líquido: 18.1 Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 818.858.

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
	Quantidades de ações	
Alupar Investimento S.A.	807.080.528	807.080.528
AF Energia S.A.	1	1
	807.080.529	807.080.529

Reserva de Lucros: a. Reserva legal: • 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado, totalizando R\$9.111 em 31 de dezembro de 2021 e R\$7.335 em 31 de dezembro de 2020.

b. Reserva especial para incentivos fiscais: • Reserva decorrente da SUDAM que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração, totalizando 8.809 em 31 de dezembro de 2021 (R\$4.567 em 31 de dezembro de 2020). **c. Lucros retidos:** • Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação, totalizando R\$ 102.808 em 31 de dezembro de 2021 (R\$80.678 em 31 de dezembro de 2020). **d. Dividendos:** • Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Deste modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	35.524	24.476
Reserva legal	(1.776)	(1.224)
Subtotal	33.748	23.252
Reserva para incentivo fiscal	(4.242)	(4.566)
Dividendo mínimo obrigatório	(7.376)	(4.672)
Reserva de lucros retidos	(22.130)	(14.014)
Saldo de lucros do exercício	—	—
Dividendo por ação	0,0091	0,0058

19. Lucro por ação: A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). A Companhia não possui instrumentos diluidores, tais como, instrumentos conversíveis que foram convertidos, opções ou os bônus de subscrição que foram exercidos ou ações emitidas após a satisfação das condições especificadas.

	31/12/2021	31/12/2020
Numerador		
Lucro líquido do exercício	35.524	24.476
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	807.080.529	807.080.529
Resultado básico e diluído por ação ordinária R\$	0,0440	0,0303

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
20. Receita operacional líquida:			
Receta de geração de energia elétrica			
Suprimento de energia - ambiente regulado		114.418	109.237
Suprimento de energia - ambiente livre		26.662	20.227
Suprimento de energia - ambiente livre - partes relacionadas	17.1	104.255	81.036
Ajuste positivo CCEE		23.404	7.712
		268.739	218.212

		31/12/2021	31/12/2020
Deduções			
PIS - Programa de integração social		(4.200)	(3.628)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social		(19.348)	(16.713)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento		(1.884)	(1.514)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica		(1.303)	(1.159)
		(26.735)	(23.014)
Receita operacional líquida		242.004	195.198

		31/12/2021	31/12/2020
21. Custos e despesas operacionais:			
	Nota	Custos operacionais	Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis			
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	(21.438)	—	(19.773)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		(6.625)	— (5.829)
Utilização do Bem Público - UBP	11	(374)	— (375)
		(28.437)	— (25.977)

		31/12/2021	31/12/2020
Custos gerenciáveis			
Doações, contribuições e subvenções		(188)	(164)
Energia elétrica comprada para revenda		(8.203)	— (20.936)
Energia elétrica comprada para revenda - Partes relacionadas	17.1	(55.767)	— (10.138)
(-) Recuperação de custo - Extensão da concessão		17.410	—
Seguros		(3.899)	(11)
Aluguéis		(247)	(100)
Pessoal		(2.642)	(357)
Material		(637)	(637)
Serviços de terceiros		(1.888)	(1.212)
Serviços de terceiros - Partes relacionadas	17.1	(3.628)	— (3.447)
Estorno de provisão para contingências		194	— 168
Outros tributos e taxas		(101)	(198)
Outras despesas		(567)	(45)
Outras receitas		—	1.094
		(60.163)	(1.630)
Depreciação e Amortização	10 e 11	(500)	(43.963)
		(38.430)	(500)
		(127.030)	(111.395)
Total		(2.130)	(4.074)

☆ continuação

Ferreira Gomes Energia S.A. - CNPJ nº 12.489.315/0001-23

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2021		31/12/2020		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa e bancos	7.559	7.559	8.774	8.774	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	1.726	1.726	39	39	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Investimentos de curto prazo	35.542	35.542	63.431	63.431	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	47.322	47.322	34.781	34.781	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	44.597	44.597	28.662	28.662	-	Custo amortizado
	136.746	136.746	135.687	135.687		
Passivo						
Fornecedores	15.337	15.337	16.485	16.485	-	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	526.071	542.865	580.373	561.886	-	Custo amortizado
Uso do bem público	17.206	17.206	15.057	15.057	-	Custo amortizado
Provisão para constituição de ativos	2.730	2.730	3.225	3.225	-	Custo amortizado
	561.344	578.138	615.140	596.653		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes: O valor justo de caixa, equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, fornecedores e uso do bem público se aproximam do seu respectivo valor contábil, assim a divulgação destes permanecem inalterados. Empréstimos e financiamentos: BNDES: em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas; e 3º emissão de debêntures: As debêntures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Hierarquia do valor justo:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III. **Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros: Análise de sensibilidade de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e investimentos de curto prazo:** Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2021, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Indexador	31/12/2021	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		5,32%	7,97%	10,63%	13,29%	15,95%

Investimentos de curto prazo

Títulos e Valores mobiliários

Análise de sensibilidade das dívidas: Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2021, foi extraída a projeção dos indexadores TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2021 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Indexador	juros a.a.	31/12/2021*	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (-25%)	Cenário IV (+50%)
			2,32%	3,47%	4,63%	5,79%	6,95%

3ª emissão de debêntures

BNDES subcrédito (A, B, C)

BNDES subcrédito E

(* Refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação. **Gestão de riscos:** A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios: **Risco de crédito:** A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de

A Diretoria

Declaração dos Diretores sobre o Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes

São Paulo, 21 de fevereiro de 2022. **Declaração: Para Fins do Artigo 25, §1º, V da Instrução CVM 480/09**
Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis

São Paulo, 21 de fevereiro de 2022. **Declaração: Para Fins do Artigo 25, §1º, VI da Instrução CVM 480/09**
Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do

Relatório do Auditor Independente sobre a revisão das Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da **Ferreira Gomes Energia S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Ferreira Gomes Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado:** Conforme divulgado na nota explicativa 10 as demonstrações contábeis, o saldo do ativo imobilizado da Companhia monta a R\$ 1.348.087 mil, o qual está sujeito à avaliação periódica sobre existência de indicadores de redução ao valor recuperável. A avaliação do valor recuperável envolve julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa, as quais incluem taxas de desconto e de crescimento. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos é complexo e envolve alto grau de subjetividade, bem como, por ser baseado em diversas premissas e estimativas, cuja realização é afetada por projeções de mercado e de cenários econômicos incertos, o que pode trazer variações significativas na definição do valor recuperável do ativo imobilizado e, consequentemente, no montante registrados nas demonstrações contábeis. *Como nossa auditoria conduziu este assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar a revisar o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as principais premissas utilizadas pela Companhia durante o horizonte da projeção, tais como as variáveis macroeconômicas, as taxas de crescimento esperadas, o nível de investimento e o capital de giro necessários, assim como a taxa de desconto, volumes e preço da energia gerada; e (ii) comparação das projeções do ano anterior com os respectivos resultados realizados no exercício corrente, como forma de avaliar a efetividade dos planos de negócio e o nível de aderência das projeções realizadas anteriormente. Também revisamos as divulgações efetuadas pela Companhia em notas explicativas às demonstrações contábeis sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do ativo imobilizado da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de determinação do valor recuperável adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 10 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis

inadimplência. **Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas e pós-fixadas. **Risco de regulação:** As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. **Risco Hidrológico:** A combinação dos três fatores (i) baixo nível de armazenamento de água nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrônico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos. Para mitigar os efeitos em 19 de janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Ferreira Gomes nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 92. **Risco de Descontratação:** Atualmente, todos os recursos da Companhia estão vendidos para o ACR e ACL. A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). **Risco de taxas de câmbio:** A Companhia não tem operações em moeda estrangeira. **Risco de liquidez:** Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos. Nossa política de gerenciamento de riscos é aprovada pela administração, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia na gestão desses riscos, determinando os limites financeiros e de exposição. Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado. O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2021, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	15.337	-	-	-	-	15.337
Provisão para constituição de ativos	-	2.730	-	-	-	2.730
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.141	49.309	77.821	233.494	157.306	526.071
Uso do bem público	484	1.082	3.585	5.378	6.677	17.206
Total	23.962	53.121	81.406	238.872	163.983	561.344

Gestão de capital: A estrutura de capital foi determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(57.450)	(67.980)
Não circulante	(468.621)	(512.393)
Dívida total	(526.071)	(580.373)
Caixa e equivalentes de caixa, títulos valores mobiliários e investimentos de curto prazo	92.149	72.244
Dívida líquida	(433.922)	(508.129)
Patrimônio líquido	939.586	911.438
	0,46	0,56

25. Benefícios a empregados: A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Companhia reconheceu no resultado o montante de R\$ 648 e R\$ 529 em dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições. **26. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2021.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional (*)	1.618.112	2.256	18/06/2022
Risco de responsabilidade civil geral	700.000	293	18/06/2022
Seguro garantia judicial	1.761	62	04/01/2022
Total	2.319.873	2.611	

(*) Seguro de risco nomeado e operacional compreende em sua cobertura: prédios, maquinismos, móveis, equipamentos, mercadorias, matérias-primas e estruturas civis que façam parte do valor em risco declarado na Usina.

Contadora: Patrícia N. S. Ferreira - CRC 1SP237063/O-2

Contadora: Patrícia N. S. Ferreira - CRC 1SP237063/O-2

25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Diretoria

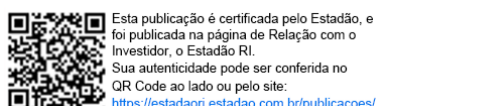
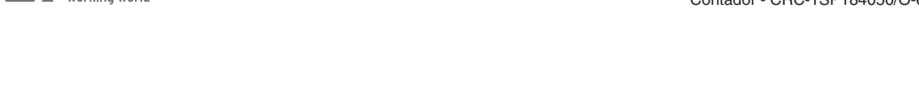
Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Diretoria

ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Eduardo Wellichen
Contador - CRC-1SP184050/O-6



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadão.estadao.com.br/publicacoes/>